

PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Janeiro a Março de 2018

Ano 43 – Nº 232

Foto: João Zinclar

“O despejo é a pior forma de destruir nossa identidade”

Págs.: 8 e 9



*90 anos de Pedro - a marca
profética do bispo do Araguaia*

Pág.: 11

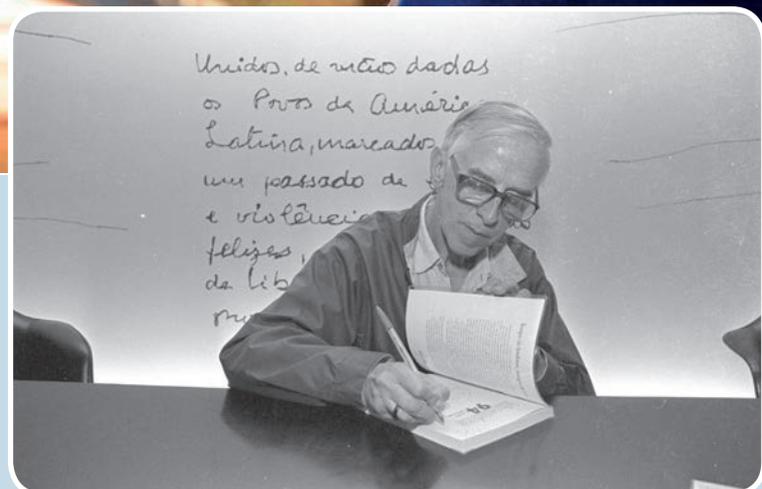


Foto: Celeiro da Memória

EDITORIAL

Despejos e expulsões da terra marcam os primeiros meses de 2018

2018 chegou carregando consigo as marcas de violações de direitos e de violência contra os trabalhadores e trabalhadoras da terra de que 2017 foi farto. Como afirma o Balanço sobre a Questão Agrária Brasileira, elaborado pela CPT Nordeste II, 2017 foi “um ano que começou e acabou sangrento”, um ano que consolidou “um sombrio ciclo de retrocessos políticos conduzidos pelo conjunto das forças mais elitistas e reacionárias do País, que penalizaram, principalmente, as classes mais empobrecidas e a natureza”.

Em 2018, a violência no campo continua e está se traduzindo no cumprimento de sentenças judiciais que determinam o despejo de centenas de pessoas que da terra tiram o sustento para suas famílias e na expulsão de outras tantas pelo poder do latifúndio e do agronegócio.

Despejos e expulsões realizados de forma sempre violenta, causando sérios traumas físicos e psicológicos, sobretudo, nas crianças que, já no início de suas vidas, assistem apavoradas à destruição do espaço onde começam a desenhar a vida.

Como diz a quilombola Fátima Barros: “O despejo para nós remanescentes quilombolas é reviver novamente o que viveram nossos ancestrais quando foram arrancados da África. O desespero de não ter mais um lar, ser arrancada à força de um território que passou a ser nosso lar. O despejo é a pior forma de destruir nossa identidade”.

O despejo dos indígenas, diz Gilberto Vieira, do Cimi, “é expressão do racismo contra estes povos”, é a expressão da violência histórica em que sempre viveram, expulsos dos territórios que eram seus. Ao descobrirem os direitos que a Constituição lhes garantiu e tentarem reaver pequena parte do que lhes foi roubado, são novamente vítimas pelas mãos do Judiciário que os expulsa, alegando direitos de outros e que a eles sempre foram negados.

Diz Ruben Siqueira, da coordenação da CPT: “Vivemos um tempo extraordinário de violações e violências. A realidade atual do País é de uma sucessão interminável de golpes enfiados por uma classe dominante reacionária e globalizada contra a frágil democracia institucional, política e social do país”.

Violência contra os pobres recoberta por disfarces de legalidade, como a aprovação pelo Congresso Nacional do congelamento dos gastos públicos, decretando o sufocamento de atenções à saúde e à educação, a reforma trabalhista, que empurra os trabalhadores para atividades mais que precárias.

A resistência dos que sofreram a violação dos direitos e a violência dos poderosos deixou marcas profundas na nossa história, apesar de todo o esforço de a tornar invisível. Resistência que encontrou aliados que arregaçaram as mangas para arrancar da invisibilidade a luta e as estratégias dos pequenos na luta pela sobrevivência.

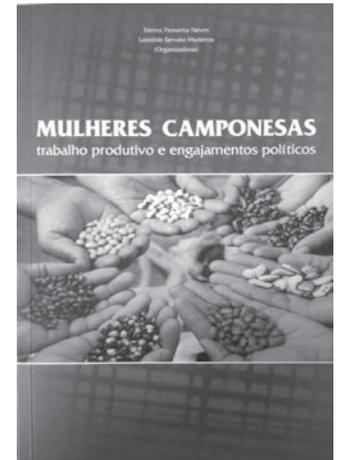
Nesta edição, encontramos exemplos destes aliados. Frei Henri des Roziers, cujas cinzas foram recebidas com emoção na Secretaria Nacional da CPT e que serão plantadas no assentamento que leva seu nome, no Pará. As Irmãs Madalena Hauser e Beatriz Kruch, as conhecidas Madá e Bia, que há 50 anos estão mergulhadas na vida do povo. E o nosso fundador, Pedro Casaldáliga, que completou seus noventa anos de vida, no dia 16 de fevereiro, convivendo, como ele diz, com o “irmão Parkinson”. Uma referência para os que buscam, na coerência de vida, um mundo novo.

Boa leitura

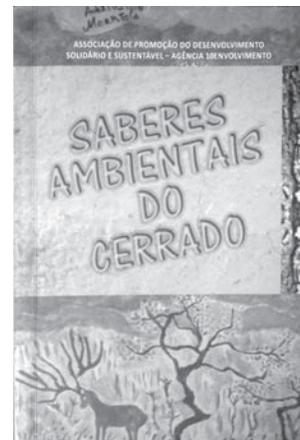


Mulheres Camponesas: Trabalho Produtivo e Engajamentos Políticos

“Mulheres Camponesas: Trabalho Produtivo e Engajamentos Políticos” é uma coletânea de estudos concluídos ou em andamento, que compreendem “a análise dos modos de participação das mulheres nas lutas sociais, públicas e cotidianas, relacionadas às condições de reprodução social de todo o grupo”, segundo as organizadoras da publicação, professoras Delma Pessanha Neves e Leonilde Servolo Medeiros. O objetivo é responder ao anseio das envolvidas na causa e ampliar o conhecimento acadêmico para propostas de ação coletiva. A obra, publicada originalmente em 2013 pela editora Alternativa, preenche uma lacuna, sobre as especificidades das mulheres, na coleção “História Social do Campesinato” e está dividida em três partes: Mulheres camponesas e reprodução de grupos domésticos; Formas de organização e representação política das mulheres do campo; e Inventariando o campo temático da articulação gênero e campesinato.



Saberes Ambientais do Cerrado



Recheado de fotos e didaticamente construído, o livro “Saberes ambientais do cerrado” é um instrumento aplicável em toda a educação básica, tendo a Educação Ambiental como eixo transversal para a compreensão do Cerrado. Resultado de um trabalho pedagógico prático, desenvolvido na Escola Municipal Ovídio Francelino de Souza, na região Oeste da Bahia, a publicação foi apoiada pelo Fundo Estadual de Recursos para o Meio Ambiente (FERFA) da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA-BA) e realizado pela ONG Associação de

Promoção do Desenvolvimento Solidário e Sustentável (Agência 10envolvimento) em parceria com a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), fazendo dialogarem os saberes científicos e os saberes tradicionais de comunidades geraizeiras da Bacia do Rio Grande, em São Desidério (BA).



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom Enemésio Lazzaris

Vice-presidente
Dom André de Witte

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Thiago Valentim
Ruben Siqueira

Redação
Cristiane Passos
Antônio Canuto
Elvis Marques (Reg. Prof.: 0003705/GO)
João Damásio (Reg. Prof.: 003727/GO)
Rede de comunicadores da CPT

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Impressão
LSV Produção Gráfica Ltda.

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO



ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1.

Informações cpt@cptnacional.org.br

Quilombolas têm direito reafirmado em julgamento histórico no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu, no dia 8 de fevereiro, o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), impetrada pelo Partido Democratas (DEM), sobre a validade do Decreto nº 4887/2003, que regulamenta a titulação de terras quilombolas no Brasil.

Foto: Maria Mello



O resultado final teve desfecho favorável às e aos quilombolas brasileiros. A maioria dos ministros votou pela integral improcedência da ação, incluindo a aplicação da tese do “marco temporal”, que prevê que o direito constitucional quilombola à terra se resumiria apenas às áreas que estivessem efetivamente ocupadas em 5 de outubro de 1988 – o que dificultaria o acesso efetivo das comunidades a seus territórios. O ministro Ricardo Lewandowski classificou o marco temporal como “prova diabólica”.

Tocantins recebe a Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

Organizações da sociedade civil e entidades públicas realizaram, entre os dias 23 a 28 de janeiro, caminhadas, panfletagens, colocação de faixas, anúncios em carros de som, blitz educativa e outras ações na Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo em diversas localidades do Tocantins, como Araguaína, Muricilândia e Nova Olinda. Objetivo: dialogar com a população e trazer informações sobre trabalho escravo contemporâneo.

Desde 2010, em janeiro, diver-

sos eventos são organizados Brasil afora para chamar atenção sobre o problema do trabalho escravo e cobrar avanços na sua erradicação. 28 de janeiro é o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, em homenagem aos auditores-fiscais do trabalho, assassinados nesta data quando investigavam denúncias de trabalho escravo na zona rural do município de Unai (MG) no ano de 2004. Os mandantes do crime continuam em liberdade, apesar de terem sido condenados.

41ª Romaria da Terra do RS tematizou “Mulheres Terra”

No dia 11 de fevereiro de 2018 ocorreu o 13º Acampamento da Juventude, que se encerrou no dia 13 com a 41ª Romaria da Terra do Rio Grande do Sul, com o tema “Mulheres Terra: resistência, cuidado e diversidade”.

Pela primeira vez nos 40 anos de história das Romarias, foi colocado em primeiro plano a relação das mulheres com a terra, suas causas, lutas por espaço, igualdade de gênero, denúncias de violências contra as mulheres e histórias de vida e superação.

Dentre as atividades, destacaram-se a tradicional caminhada, a Tribuna Popular, a partilha sobre Mística



da Terra com o Monge Marcelo Barros; e a Celebração Eucarística seguida do Pronunciamento do Acampamento da Juventude e leitura da Carta da Romaria.

Apenas os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli se posicionaram pela constitucionalidade parcial (que leva em consideração a tese do marco temporal) da matéria.

#NenhumQuilomboAMenos

- Para os representantes das comunidades quilombolas, presentes ao julgamento, o resultado é uma vitória contundente, advinda de um processo intenso de luta e mobilização em torno da Campanha #NenhumQuilomboAMenos, apoiada por diversas entidades, entre as quais a CPT, que alcançou quase 113 mil assinaturas. Mesmo com essa vitória histórica, as dificuldades continuam. No orçamento para 2018, houve um corte de 62,5% nos recursos para reconhecimento e indenização de territórios quilombolas. (com Terra de Direitos e Brasil de Fato).

MP-AC premia Darlene Braga, agente da CPT

Foto: CPT Acre



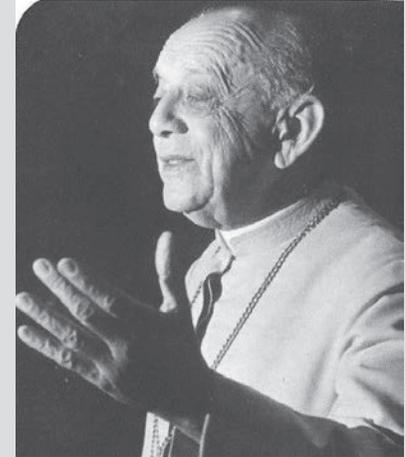
A agente pastoral da CPT no Acre, Darlene Braga, venceu a primeira edição do prêmio “MP Atitude – Pequenas ações transformam o mundo”, na categoria Direitos Humanos, com o projeto “Acesso à terra e água: superação da violência”.

Darlene chegou à CPT no Acre no início dos anos 1990 e tem ênfase de trabalho na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras, além do apoio solidário às organizações das comunidades. No estado, à frente da CPT, Darlene e equipe acompanham, especialmente, as populações tradicionais, comunidades de ribeirinhos e seringueiros, além das comunidades que sofrem violências no campo.

A entrega do prêmio ocorreu no dia 19 de janeiro de 2018, na sede do Ministério Público do Estado do Acre (MP-AC).

Dom Helder Câmara é declarado Patrono Brasileiro dos Direitos Humanos

Foto: CNBB



Pela lei 13.581/2017 sancionada e publicada no Diário Oficial da União no dia 26 de dezembro de 2017, Dom Helder Câmara foi declarado Patrono dos Direitos Humanos no Brasil.

O Projeto de Lei que sugeriu o título a Dom Helder, falecido em 1999, foi proposto em 2014, com a justificativa de se tratar de uma homenagem a um dos fundadores da CNBB e “grande defensor dos direitos humanos durante o regime militar brasileiro”.

Mas assinado na atual conjuntura, como bem escreveu o companheiro Roberto Malvezzi, o Gogó, Temer insulta a memória de Dom Helder, pois como disse o atual arcebispo de Olinda e Recife, dom Antônio Fernando Saburido, Temer “esvaziou a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e comprometeu todo o trabalho que vinha sendo feito na luta contra todo tipo de discriminações”. O arcebispo acrescentou que “esse decreto presidencial, para ser sincero e coerente, precisa ser acompanhado por outro modo de governar o País e de cuidar do que é público, principalmente do bem maior que é o povo, sobretudo os mais fragilizados”.

MEMÓRIA

50 anos mergulhadas na vida do povo

ANTÔNIO CANUTO*

Quem chega ao assentamento Lagoa da Onça, no município de Formoso do Araguaia, no Tocantins, entre as casas da agrovila onde a maior parte dos assentados vive, encontra uma de adobe, coberta de palha e um quintal muito bem cuidado. Além de árvores frutíferas, em lotes contíguos, tem plantados mandioca, milho, feijão, cabaça.

Quem mora nesta casa um tanto diferente das outras são duas religiosas francesas da congregação da Divina Providência. Uma com 80 anos já completados e a outra chegando aos 77. São as irmãs Madalena Hauser e Beatriz Kruch. A dupla conhecida como Bia e Madá.

Pois bem. Esta dupla no dia 20 de dezembro de 2017, completou 50 anos de presença e atuação no Brasil. E foram cinquenta anos de uma forte e comprometida vivência entre os mais pobres, quase sempre camponeses. Foi um mergulho profundo na história e nas lutas pela conquista da terra e na convivência e partilha na terra conquistada. Foi um constante assumir de novos desafios.

No dia 22 de dezembro de 1967 chegaram a Goiânia onde foram viver na periferia, até 1973.

Por alguns meses em 1972, Bia foi para Santa Terezinha (MT), na Prelazia de São Félix do Araguaia. Como enfermeira foi dar um apoio no atendimento à saúde dos posseiros que tiveram que ficar durante 105 dias escondidos na mata, perseguidos pela polícia, depois de enfrentamento com policiais da PM e jagunços da Codeara.

De volta a Goiânia, ela e Madá chegaram à conclusão que sua presença seria mais necessária na região da Prelazia de São Félix, do que na capital. Em janeiro de 1973, partiram para enfrentar uma nova missão. Era em Ribeirão Bonito, pequeno povoado às margens da BR 158, onde iriam ficar. Uns três quilômetros mais à frente começava Cascalheira. Elas fizeram parte da primeira equipe pastoral permanente até o final de 1980.



Foto: Arquivo Pessoal

Os primeiros meses delas nesta nova realidade as marcou. As famílias de posseiros existentes na região eram pressionadas, de formas as mais diversas, por presumidos donos das terras, a abandonarem as terras onde trabalhavam. O maior comerciante do povoado era um dos que se dizia dono de uma extensa área de terras e tentava delas expulsar os posseiros. A equipe pastoral dava apoio e orientação a estes sobre seus direitos.

Mal fazia dois meses que tinham chegado, quando no dia 13 de março, o comerciante foi à casa da equipe pastoral tomar satisfação e encontrou o padre, Manoel Luzon, sentado no alpendre da casa. Agrediu verbalmente o padre, que calmamente tentava explicar o que fazia junto aos posseiros. O comerciante-fazendeiro se enfureceu e agarrou o padre, sacudiu-o e o derrubou de costas para a rua. Ao ouvir gritos, Bia e Madá correram para ver o que acontecia e viram o padre caído no chão. Bia instintivamente colocou-se entre o padre e o agressor que estava puxando seu revólver 38 e ainda tinha uma peixeira na cintura e com firmeza falou: “O senhor pode me matar, mas não bata no padre!”. Surpreendido com esta atitude, o fazendeiro saiu resmungando.

Esse fato consta de um relatório da equipe pastoral, que o bispo Pedro incorporou num documento-denúncia que publicou no dia 19 de março daquele ano.

A partir de janeiro de 1981, Bia e Madá resolveram enfrentar um novo desafio. O Bico do Papagaio, naquele tempo extremo norte de Goiás

era uma região de muita tensão e conflitos. Para lá foram. Centro dos Mulatos, um pequeno povoado do município de São Sebastião do Tocantins, foi onde se estabeleceram. Em continuidade ao trabalho que desenvolveram na Prelazia de São Félix seus vínculos mais estreitos foram com a CPT. Era a região de atuação do Pe. Josimo, que coordenava a CPT. Durante 17 anos ali atuaram, até o final de 1997.

Em dezembro de 1997, resolveram enfrentar uma nova realidade, desta vez no município de Rio Sono, no povoado de Novo Horizonte. Por 10 anos ali deram apoio e acompanhamento às famílias dos pequenos lavradores, posseiros.

Finalmente em dezembro de 2007, acabaram se transferindo para o município de Formoso do Araguaia, indo morar no assentamento Lagoa da Onça, onde até hoje dividem com os assentados sua vida e sua história.

O martírio marcou suas vidas

Em outubro de 1976, quando estavam em Ribeirão Bonito (MT), aconteceu o assassinato do Padre João Bosco Penido Burnier. O padre, baleado na cabeça, recebeu os primeiros socorros das mãos de Bia que, como ela conta, tentava conter a massa encefálica que saía pelo local do tiro.

Dez anos depois, já no Centro dos Mulatos, elas foram envolvidas nos mesmos processos movidos contra o Pe. Josimo. Em 21 de junho de 1985, a procuradora da justiça intimou Josimo, Lourdes Goi, Beatriz Kruch, Madalena Hauser e Hermilo para prestarem esclarecimentos sobre suas atuações que era denunciada pelos fazendeiros. Na Câmara dos Deputados, em Brasília, um deputado baiano repercutiu a notícia das ameaças de morte que sofriam. Em maio de 1986, Josimo era assassinado.

O Pastoral da Terra quer comemorar com toda a CPT estes 50 anos de dedicação à causa dos pobres, à causa do Reino.



Livro que conta a história das Irmãzinhas foi lançado em Goiânia e Brasília

A publicação “Parteiras de um Povo – 65 anos de presença das Irmãzinhas de Jesus junto ao povo Apyáwa-Tapirapé” narra a história de presença da Fraternidade das Irmãzinhas de Jesus junto aos indígenas Tapirapé. O texto é uma tradução de Antônio Canuto de um livro, publicado na França, sobre a trajetória da Irmãzinha Genoveva, que aos 90 anos faleceu na aldeia e lá está enterrada. À tradução foram acrescentados dois poemas de Pedro Casaldáliga e textos de pessoas que se relacionaram com as irmãzinhas, inclusive Leonardo Boff. Lançado no dia 19 de janeiro em Goiânia (GO), e no dia 26 em Brasília (DF), o livro, segundo apresentação do Canuto, “Mais do que um tributo a Genoveva, quer dar a conhecer o que a Fraternidade das Irmãzinhas de Jesus significou para a Igreja do Brasil, de modo particular para a pastoral indigenista e, sobretudo, para o povo Tapirapé”.

CONJUNTURA

Golpe avança com mais violência no campo e na cidade

RUBEN SIQUEIRA*

Vivemos um tempo extraordinário de violações e violências. Não só no Brasil. Mas o que é o “extra” sobre o “ordinário”? A realidade atual do país é de uma sucessão interminável de golpes enfiados por uma classe dominante reacionária e globalizada contra a frágil democracia institucional, política e social do país – o mais recente, a intervenção militar no Rio de Janeiro a título falso de combate à violência do “crime organizado”. O alegado combate nada mais é que “cortina de fumaça”, clamor por popularidade (a mais baixa de um presidente), intimidação de favelados e acuamento da esquerda e de uma candidatura de oposição real nas eleições presidenciais de outubro. Simples assim tão grande complexidade: a Operação Lava Jato, cumprido seu papel como instrumento de intervenção político-judiciária na conjuntura, tornada contraproducente para os corruptos golpistas, foi substituída pela intervenção militar. O que virá depois disto?

Tal quadro não é completamente novo, tem muito de reedição do passado. Descompromissada com a nação, a diminuta elite de sempre não tem nenhum escrúpulo em manipular as instituições e a opinião pública para recriar e ampliar seu pleno poder, tal como em várias passagens da nossa história. As consequências também são as de sempre: o agravamento da conflitividade característica da nossa formação social nada cordial e o sacrifício da população mais vulnerabilizada. Neocolonizado, entreguista, reitera-se como país que muda para permanecer o mesmo, exacerbado e recomposto sob o manto da hipocrisia de uma “modernização conservadora”. À ordinária pergunta do tempo extraordinário, procuramos respostas desde onde nos situamos na conjuntura e na estrutura, nelas agentes e documentadores da CPT, há 42 anos – ao lado das comunidades e grupos camponeses pobres; por opção, os que mais sofrem toda sorte de conflitos, pela terra e território, água e trabalho, bens de que vivem e protegem, além de nos alimentar.

Os conflitos no campo já vinham crescendo nos governos anteriores “de esquerda” – pois já se punham suas determinações conjunturais nacionais e internacionais somadas às estruturais. E

foram potencializados a partir do assalto ao poder da República pela camarilha de Michel Temer. Desde o afastamento da presidenta Dilma, já são 102 assassinatos de camponeses em conflitos agrários documentados pela CPT e quase uma dezena mais está sob investigação sobre suas causas. Os 65 assassinatos de camponeses em 2017 até agora confirmados são o maior número nos últimos 14 anos e tiveram a volta dos massacres como marca (quatro, com 28 mortos). Região preferida, a Amazônia. Público preferencial, povos e comunidades tradicionais (sobretudo quilombolas e indígenas) e camponeses ocupantes, cujos territórios são ricos em bens naturais.

Capital financeiro-agrário X Sociedade

Nem sempre são evidentes as conexões existentes entre as frações de capital atuantes e determinantes desta conjuntura. São esclarecedores os trabalhos de economia política desenvolvidos pelo professor Guilherme Delgado, pesquisador oficial IPEA e consultor da Comissão Brasileira de Justiça e Paz, vinculada à CNBB. Em palestra no recente seminário do Campo Agrário Unitário (Guararema – SP, 03-04/02/18), que reúne as principais entidades e movimentos sociais do campo brasileiro, ele sugeriu dois eixos fundamentais para este entendimento. O primeiro, que a luta de classes hoje não se dá mais entre capital e trabalho, mas entre capital e sociedade. O segundo eixo, que este capital é o financeiro-agrário. A crise do sistema vem do rentismo incontrolável do capital, que como solução busca lastro na apropriação da terra. São constatações cada vez mais evidentes. Parasitando ainda mais a sociedade, ataca não só o Estado de bem-estar social, mas o espaço civil (veja box). Para Guilherme, o Papa Francisco tem fina percepção desta realidade,

quando defende terra, trabalho e teto para os que não os têm, contra a idolatria do dinheiro.



Aqui já tivemos o congelamento de gastos públicos por 20 anos, a proposta de reforma da Previdência pública em favor da privada, a financeirização e a estrangeirização da terra. Os Marinho do Grupo Globo, por exemplo, entre os 10 brasileiros mais ricos, não são só empresários de comunicação, mas também do agronegócio (têm fazendas, copatrocinam a campanha “agro é tudo” na sua TV) e das finanças (atuam no mercado de capitais e em paraísos fiscais). O mercado de terras no Brasil está aquecido pelos investimentos de grandes grupos financeiros nacionais e internacionais associados, a rentabilizar a terra detida. Além dos projetos de lei e decretos do Governo Temer, conta-se com apoio do Congresso, cuja maior e mais poderosa bancada é a dita ruralista. E da conivência ou leniência do Judiciário, de primeiras instâncias ao STF.

Qual samba-enredo vai vencer?

A esquerda política e social joga seu papel acuada. Derrotada fragorosamente no controle do Estado refém do dinheiro, o quer de volta, com seu maior trunfo: Lula, campeão em todas as pesquisas eleitorais

para presidente, mas condenado pelo Judiciário. Talvez nem haja eleições... Acaba sendo um tudo-ou-nada mais que incerto, se não se dedicar também às lutas concretas contra as reformas ultraneoliberais. Os partidos de esquerda lançam manifesto de unidade programática, não eleitoral (“Unidade para reconstruir o Brasil”); mais que peça de campanha? Greve Geral de um dia só pode ser numerosa o quanto puder, não afeta os donos do poder/finanças. O adiamento da reforma da Previdência foi um ganho da população revoltada, cujo descontentamento ficou escancarado no desfile das vitoriosas escolas de samba no Rio de Janeiro, como em outros momentos do carnaval país a fora. Precisamos mais do que o genial samba para romper o cerco e reverter o quadro em favor da maioria

espoliada e da classe média ludibriada. Um esteio continua sendo a resistência e a conquista dos territórios – a última trincheira, dizia Milton Santos – pelos camponeses e povos originários e tradicionais, e precisa ser também dos territórios urbanos, a despeito de todas as violações e violências. 2018 ficará na história; que seja como um ano vitorioso da luta popular!

Espaço e Sociedade Civil restringidos

Em todo o mundo, governos reféns das imposições neoliberalistas, têm baixado medidas que reduzem ainda mais os espaços democráticos das liberdades de expressão, reunião e associação, fundamentais para a efetivação dos Direitos Humanos e Civis, a cidadania e a democracia. Veja em : <http://sur.conectas.org/infograficos-espaco-civico-explicado/>.

DIREITOS

Proteção Social do Trabalhador Rural e mudanças na Previdência

VALDEMIRO XAVIER*

Atualmente é comum você ouvir falar em Previdência Social no seu dia a dia. Discursos de políticos, propagandas de televisão e notícias dos jornais tentam descrever a necessidade de uma reforma na Previdência. O governo federal, de forma extremamente contraditória para convencer você que um grande desastre financeiro acontecerá em breve na Previdência Social, autorizou o uso de 99 milhões de reais somente em propaganda para aprovar a reforma. Além disso, aumentou a desvinculação de receitas da seguridade social de 20% para 30%, ou seja, autorizou o uso dos recursos da Previdência Social, junto com a saúde e a assistência social, para outros fins políticos. No entanto, pouco se fala que, na verdade, existe uma dívida bilionária do empresariado com a Previdência, que somaria mais de 400 bilhões de reais.

A proteção previdenciária está vinculada ao exercício do trabalho digno e respeito à dignidade humana, garantindo a sobrevivência de mulheres e homens, de famílias em situações de vulnerabilidade (doença, velhice, invalidez, maternidade, entre outros). Ela funciona através de pagamento de benefícios e prestação de serviços à população, sendo financiada obrigatoriamente por trabalhadores, empregadores e Estado. As pressões por mudanças nos regimes previdenciários não ocorrem somente no Brasil, mas já atingiram vários países da América Latina. A pressão para o desmonte dos direitos dos trabalhadores é global e intensa. Em regra, são patrocinados por organismos internacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Mundial, que incentivam o corte nos gastos sociais.

Em relação à proteção dos/as

trabalhadores/as rurais no Brasil é importante pontuar que a mesma foi tardia em relação aos demais trabalhadores do país. Os grandes proprietários rurais não aceitavam perder os privilégios decorrentes de anos de exploração nos latifúndios. Não por outra razão, os trabalhadores rurais não foram incluídos na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), sendo previstos alguns direitos em leis não específicas para os mesmos. Somente nos anos de 1960 que surgiu o Estatuto do Trabalhador Rural, que garantia alguma proteção previdenciária ao/a agricultor/a. Contudo, essa proteção era insuficiente, com pagamentos de benefícios em valor inferior ao salário mínimo. A situação do tra-

pelo poder público, menor acesso a equipamentos coletivos de proteção, há um início precoce na atividade laboral, entre outros aspectos. Inicialmente, um dos objetivos da reforma era retirar essa diferenciação de idades, ignorando as conquistas históricas dos trabalhadores rurais em terem o direito de se aposentarem com idade inferior por causa do tipo de trabalho e por causa da intensidade do trabalho, geralmente em dupla jornada (principalmente no caso das mulheres). Inclusive, em uma das etapas da proposta, somente as mulheres teriam a sua idade aumentada para se aposentar. A outra proposta estava relacionada ao “segurado especial”. Esta categoria abrange

sistência, impactando diretamente os povos do campo, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, que geralmente se enquadram como segurados especiais.

A última proposta de reforma, segundo o Governo, exclui as mudanças pretendidas para os trabalhadores rurais. Isto é uma meia verdade perigosa, já que há mudanças que afetam todos os trabalhadores, independente de serem do meio rural ou urbano. O cálculo para o valor dos benefícios, a possibilidade de acumulação de pensões com aposentadorias, a reversão das cotas de pensão por morte aos demais dependentes, o conceito de invalidez, o gatilho etário (aumento automático do critério de idade nos benefícios com o aumento da expectativa de vida do brasileiro pelo IBGE), etc. se aplica a todos os segurados do Regime Geral de Previdência Social.

Todos os aspectos que retiram o caráter de justiça social, redistribuição de renda e amparo às situações de vulnerabilidade devem ser combatidos para construção de um sistema previdenciário que atenda de forma plena a sociedade. Foi este o objetivo da greve de fome camponesa protagonizada por integrantes do MPA, MTD e MMC, que durou dez dias (de 5 a 14 de dezembro de 2017). Com a decisão de “passar fome por alguns dias para evitar que milhões passem fome uma vida inteira”, a greve de fome simbolizou a resistência dos povos do campo, daqueles que alimentam o país, contra a reforma da Previdência e foi crucial para a suspensão da votação naquele momento. Agora, é fundamental continuarmos em luta, fortalecendo os processos de organização popular, tomando as ruas e semeando esperanças.



Foto: MPA

balhador rural foi modificada com a Constituição de 1988, que trouxe um sistema único para trabalhadores/as urbanos e rurais.

A proposta de reforma da Previdência articulada pelo Governo atacava duas garantias do trabalhador rural no atual regime de Previdência. O/a agricultor/a aposenta-se com idade menor que a estabelecida para o trabalhador urbano na “aposentadoria por idade”. Isso se explica porque a atividade rural é menos protegida em muitos aspectos que a urbana: tem menor fiscalização

o/a trabalhador/a rural que trabalha individualmente ou em regime de economia familiar, (produtor/a rural em área até 4 módulos fiscais, extrativista ou pescador artesanal). O/a segurado/a especial tem a opção de contribuir num percentual do resultado de sua comercialização. Isso quer dizer que se essa pessoa somente trabalha para sua subsistência não é obrigada a contribuir, somente precisa comprovar que trabalha nesta condição. O governo planejava instituir contribuição para trabalhador/a rural mesmo nessa condição de sub-

*Membro da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR/BA)

HENRI PRESENTE

Secretaria Nacional da CPT presta última homenagem a Frei Henri des Roziers

CRISTIANE PASSOS*

No dia 5 de fevereiro, foi realizada na sede da Secretaria Nacional da CPT, em Goiânia (GO), uma celebração com as cinzas de Frei Henri des Roziers, militante histórico das causas do povo pobre do campo, principalmente na região Norte do país, falecido em novembro último em sua terra natal, França, mas que agora ficará assentado, eternamente, como assim queria, nas terras conquistadas pelo povo sem-terra no Pará, a quem ele dedicou parte de sua vida.

Frei Xavier Plassat, confrade dominicano de Henri, foi o respon-

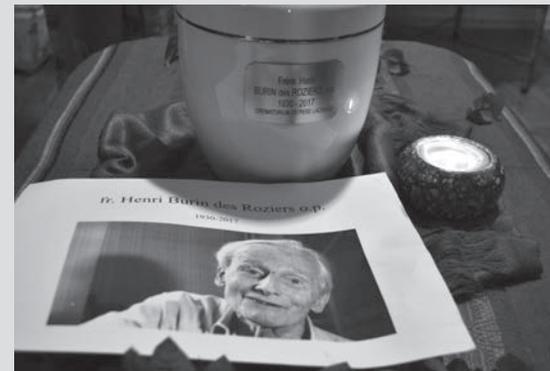
sável por transportar a urna com as cinzas do frei, da França ao Brasil. Antes do seu destino final, uma pequena parada em Goiânia reuniu amigos, amigas, companheiros e companheiras de luta de Henri que lembraram, com emoção e esperança, suas histórias de dedicação à causa dos trabalhadores do campo brasileiro, assim como sua docilidade e seu bom humor cativantes.

As palavras de Dom Pedro Casaldáliga iluminaram bem o momento: “Ao final do caminho me dirão: - E tu, viveste? Amaste? E eu, sem dizer nada, abrirei o coração cheio de nomes?... Henri presente, presente, presente!”

Henri será plantado em solo revolucionário

No dia 14 de abril, será realizada uma celebração de acolhida das cinzas de Frei Henri, no Acampamento de famílias sem-terra, que leva o seu nome, em Curionópolis, no Pará, e onde Henri será plantado. Ele sempre dizia: “Eu sonho que, quando eu morrer, eu seja enterrado no meio deles, no meu ‘acampamento’, e que, ao passarem, as crianças possam dizer: Este é o túmulo daquele frei Henri, que lutava conosco pelo nos-

Foto: Cristiane Passos/CPT Nacional



so direito à terra”. Na ocasião será realizado, também, um Ato em Memória às vítimas do Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996.

Fundos de pensão estrangeiros e a aquisição de terras no Brasil em debate nos EUA e Europa

ELVIS MARQUES**

O Piauí é um dos estados brasileiros onde empresas, através de fundos de pensão estrangeiros, encontram um “solo fértil” para iniciar uma forte ofensiva, que atinge, sobretudo, os povos do campo. Essa problemática, principalmente, foi apresentada e denunciada nos EUA e em países da Europa por integrantes de organizações brasileiras, como a CPT, e pesquisadores. Na Universidade de Nova York ocorreu, no dia 15 de fevereiro, a segunda edição do Seminário Internacional “Fundos de Pensões, Mercados Financeiros e Especulação do Território”.

A iniciativa integra uma campanha internacional com foco no papel do fundo de pensão TIAA-Cref e incluiu nesta discussão movimentos sociais e estudiosos do Brasil, Canadá, Alemanha e EUA, responsáveis por análises acerca dos mercados financeiros, a questão da terra e os sistemas alimentares. “A CPT tem se juntado a várias organizações, nos EUA e na Europa, para denunciar o processo de grilagem das terras no Cerrado piauiense, região invisibilizada, e que é apresentada pelo governo como

ouro para investidores estrangeiros do agronegócio e da especulação de terras”, explica Isolete Wichinieski, agente da CPT em Goiás e integrante da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, que participou do evento nos EUA.

Esses eventos internacionais são desdobramentos da Caravana Internacional do Matopiba, ocorrida em setembro de 2017, quando 34 mem-

Foto: Rosilene Miliotti - FASE



bro de organizações internacionais e pesquisadores de sete nacionalidades estiveram no estado do Piauí, para, em conjunto com entidades brasileiras, como CPT, FIAN e Rede Social, realizarem visitas às comunidades rurais com o objetivo de investigar as denúncias de violações de direitos humanos e impactos ambientais como resultado

da financeirização do mercado de terras agricultáveis na região conhecida como Matopiba, que compreende áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Após a Caravana, algumas ações foram realizadas para atender as demandas das comunidades. No mês de dezembro, o MPF, por meio do Grupo de Trabalho Cerrado, expediu uma recomendação ao Instituto de Terras do Piauí (Interpi) e ao Banco Mundial para que suspendam a aplicação da Lei nº 6.709/2015 (Lei de Regularização Fundiária do Estado do Piauí), em relação às áreas ocupadas por povos e comunidades tradicionais. Isso porque a lei deveria dispor sobre titulação coletiva, que contempla as comunidades tradicionais. O Banco Mundial foi incluído nesta recomendação por financiar parte dos recursos para a aplicação da lei.

#CaravanaMatopiba na Europa

Depois de verificar graves violações de direitos humanos, denúncias de violências, de destruição ambiental, resultado da apropriação de terras e especulações no país, uma delegação,

coordenada pela FIAN Internacional, esteve, em janeiro deste ano, em Amsterdã, Bruxelas, Berlim e Estocolmo – um agente da CPT no Piauí participou da ação. Esta iniciativa de diálogo e denúncias a organizações e autoridades internacionais, ocorreu em países europeus pois, além dos EUA, esse processo de apropriação e especulação de terras também tem ocorrido com dinheiro proveniente de fundos de pensão da Alemanha, Suécia e Holanda.

De acordo com a FIAN Internacional, um estudo, recentemente apresentado no Parlamento Europeu, ecoou ao mostrar que “redes complexas de investimentos reúnem atores múltiplos e interconectados que estão envolvidos no projeto, financiamento e implementação de negócios de terras. Os fundos de pensão, exigidos pelas leis nacionais para aumentar o seu capital para garantir pagamentos de aposentadorias futuras, viram a terra e o agronegócio como setores seguros para investir. De fato, os fundos de pensão estão investindo mais de US\$ 32 trilhões em todo o mundo”. E isso inclui o estado do Piauí.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

**Com informações da FIAN Internacional

Despejado

Em cinco anos, mais de 50 mil famílias foram despejadas no Brasil, objetivando a proteção de um direito de papel e não um direito

ELVIS MARQUES*

“Nesse momento começou um conflito aqui no Acampamento Hugo Chávez [barulho de disparos de arma de fogo]. Eles [pistoleiros] não estão respeitando nem as crianças. Eu tive de correr com os meus filhos de dentro da minha casa. Meus filhos estão desesperados. Eles estão atirando de frente o acampamento. Pararam a caminhonete na guarita e começaram a atirar, sem respeito às crianças. Tem muita criança aqui [no acampamento]”. Em um áudio de 27 segundos, uma mãe e integrante do Acampamento Hugo Chávez, situado no município de Marabá (PA), narra os momentos de terror durante mais um ataque de pistoleiros fortemente armados ao acampamento. Tal fato ocorreu no dia 11 de dezembro de 2017, cerca de 48 horas antes da reintegração de posse determinada pela Justiça do estado. As pessoas, inclusive, já deixavam a área pacificamente quando foram atacadas. O despejo, antes programado para o dia 13, foi adiado para o dia seguinte, quando as 300 famílias e cerca de 150 crianças foram jogadas na rua.

O acampamento estava localizado na Fazenda Santa Tereza, um antigo castanhal, destruído e transformado em pastagem pela família Mutran. Conforme informações da CPT em Marabá, o último comprador do aforamento do latifúndio foi o empresário Rafael Saldanha. Mesmo sabendo dos crimes ambientais praticados no interior do imóvel e de uma decisão da Vara Agrária de Marabá que confirmava a propriedade do castanhal como sendo do Estado do Pará, o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), numa operação definida pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará como fraudulenta, titulou definitivamente o imóvel em nome do



Foto: Elvis Marques / CPT Nacional

Crianças durante aula na Escola Municipal Luís Carlos Miranda Gomes do Acampamento Hugo Chávez. Foto foi tirada alguns dias antes do despejo

empresário. De posse do título, Saldanha requereu o despejo das famílias.

Acampada, Polliane Soares era professora da Escola Municipal Luís Carlos Miranda Gomes, situada no “coração do Acampamento Hugo Chávez”, que contava com a frequência de cerca de 187 alunos e alunas. Dois meses após o despejo, ela conta o que essa decisão judicial representou às famílias. “Representou, sobretudo, a perda. Perdemos nossas casas, nossa produção, nossas coisas pessoais. Perdemos nosso território, o lugar que chamávamos de lar. Muitos sonhos foram deixados para trás. Muitos projetos. Fomos obrigados a deixar para trás o que construímos ao longo de três anos e meio. Fomos jogados à própria sorte e abandonados pelo Estado”, ressalta. Após a reintegração de posse, conta Polliane, as famílias foram para uma área emprestada pelo Assentamento 26 de Março. “Quando fomos despejados chovia muito e ficamos três dias na chuva, perdemos os poucos móveis que tínhamos, as crianças perderam material didático, perdemos também

parte da pouca alimentação que trouxemos. Muitas crianças adoeceram por conta da chuva”, relembra.

O Acampamento Hugo Chávez é um exemplo dos muitos casos de despejos promovidos pela Justiça no Brasil. Entre os anos de 2012 e 2016, foram despejadas no campo brasileiro 52.737 famílias, segundo dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT (Confira a tabela). Nesse mesmo período, as regiões Norte e Nordeste dominaram o ranking de despejos. Em 2016, por exemplo, 3.573 famílias foram despejadas na região Norte. Entretanto, antes que essas ações realmente ocorressem, as famílias conviveram com as ameaças de despejo, que, no ano de 2016, somaram 31.278 famílias ameaçadas de despejo.

Para o professor e assessor jurídico da CPT em Rondônia, Afonso Maria das Chagas, esses números revelam que o despejo é e tem sido, no âmbito judicial, sempre uma medida arbitrária visando objetivamente atender o interesse da classe dominante. “Como no Brasil

a lei e o ordenamento jurídico é fundamentalmente patrimonial, o despejo representa um pré-julgamento, sobretudo, porque um magistrado ou um colegiado de juízes por si só são limitados para analisar com profundidade uma situação agrária ou fundiária, que é matéria complexa no cenário brasileiro. Por isso, o despejo é uma medida de exceção dotada de arbitrariedade objetivando a proteção de um direito de papel e não um direito social ou de uma coletividade humana”, contextualiza.

Já pensou ter dia e hora marcados para sair à força de sua casa?

No dia 5 de dezembro de 2017, faltando 20 dias para o Natal, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), e o Fórum Ecumênico Brasil (FeBrasil) iniciaram a Campanha **#DespejosDeNatal** com o objetivo de mobilizar a sociedade civil brasileira e a comunidade internacional a sensibilizar e pressionar as autoridades públicas do estado do Pará a suspender despejos no estado. A iniciativa surgiu em novembro de 2017 após visita de integrantes dessas e de outras organizações ao Pará, mais especificamente ao Acampamento Jane Júlia, onde no ano passado ocorreu o Massacre de Pau D’Arco, e ao Acampamento Hugo Chávez.

Nas regiões Sul e Sudeste do Pará, desde o final do mês de outubro do ano passado, cerca de 8 mil pessoas convivem, diariamente, com a possibilidade de serem despejadas a qualquer momento. Alguns despejos já ocorreram, como foi o caso do Hugo Chávez, mas neste ano o processo de reintegração de posse continua – a série de despejos inclui pelo menos 20 áreas ocupadas no estado. As liminares de despejo foram expedidas pela Vara Agrária de Marabá e pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

O ATACA

os da Vida

“[...] O despejo é uma medida de exceção dotada de arbitrariedade social ou de uma coletividade humana”, afirma membro da CPT

Despejos e expulsões em 2018

No estado do Amazonas, cerca de 405 famílias de posseiros dos municípios de Manacapuru, Novo Airão e Iranduba, sofreram, sem nenhum comunicado prévio, uma truculenta ação de reintegração de posse entre os dias 9 e 16 de janeiro desse ano a pedido da empresa Agropecuária Exata. Famílias de pelo menos 14 comunidades diferentes, que residiam há décadas nestas localidades, foram removidas de suas moradas. A maioria das áreas ocupadas é da União, do Estado do Amazonas, ou integram a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Rio Negro.

Após a ação judicial, no dia 19 de fevereiro, cerca de 600 trabalhadores e trabalhadoras participaram de uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Amazonas. O Arcebispo de Ma-

de crianças. É de fato um crime e os que fizeram isso devem ser responsabilizados. Quem está por trás disso? Estou aqui prestando a minha solidariedade e quero dizer que estamos juntos com vocês”, manifestou o religioso.

Após intensas mobilizações, as famílias despejadas conseguiram que um acordo fosse mediado pelo presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas e pela Defensoria Pública do Estado junto com a Agropecuária Exata para que os pequenos agricultores possam retornar de imediato às suas terras para colher suas roças, e para que sejam mantidas as instalações de energia elétrica, as igrejas e demais obras de infraestrutura, pois ainda não existe decisão sobre o mérito da ação.

Já no estado do Tocantins, o MST foi a público denunciar que a Ouvidoria Agrária Regional do Inkra e a Polícia Mili-

sem nenhuma base legal e/ou decisão judicial”, ressalta o MST.

No Rio Grande do Norte, no município de Macaíba, cerca de 50 famílias do Acampamento Independência Camponesa, localizado às margens da barragem de Tabatinga, foram atacadas por pistoleiros encapuzados, que efetuaram vários disparos contra a comunidade, como forma

de amedrontar e ameaçar o acampamento. “Quem acampa debaixo de lona, protestando contra o latifúndio e a desigualdade social, está lutando pelo direito fundamental à terra e a uma vida digna. Em vez de receber tiros e ameaças, deveria ter seu direito concretizado”, enfatizou, no dia 27 de fevereiro, em Nota Pública, o MST.

O que representa um despejo?

Para os indígenas

As ações de despejo contra os povos indígenas são expressões da violência histórica contra estes povos, em luta secular para reaver seus territórios de onde foram um dia expulsos. Guarda uma particularidade, pois estes povos, em muitos casos, passaram por uma primeira e violenta expulsão, em contextos outros. Agora, quando sabedores dos direitos constitucionais que têm, são vítimas mais uma vez, pelas mãos do Estado que, com igual violência, os expulsa, deixando ainda mais distante o sonho de retornar definitivamente para seus territórios.

O despejo é também expressão do racismo contra estes povos, bem visíveis nos casos de tortura contra indígenas de diferentes faixas etárias: velhos, crianças, mulheres, são, não raramente, feridos, torturados e até mortos, como ocorreu em Mato Grosso do Sul. Não raro também os poucos pertences são queimados, casas e roças destruídas, como frequentemente ocorre nestas ações feitas por policiais e, ilegalmente, também por particulares.

Exemplo claro de tortura ocorreu recentemente no Rio Grande do Sul, quando um idoso recebeu pelo menos treze disparos de balas de borracha na mesma perna. Em todos os casos são expressões da reiterada violência e violação dos direitos contra estes povos.

Gilberto Vieira – Secretário Adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

Para os quilombolas

O despejo para nós remanescentes quilombolas é reviver novamente o que viveram nossos ancestrais quando foram arrancados da África. O desespero de não ter mais um lar, ser arrancada à força de um território que passou a ser nosso lar.

A terrível sensação de perdermos uma história que tentamos salvar à custa de muito sacrifício. Não perdemos apenas a casa, é perder um espaço que representa o sagrado, a alimentação, o local onde sonhamos criar nossos filhos e onde queremos ser enterrados. O despejo é a pior forma de destruir nossa identidade.

Falar do despejo é muito triste. Principalmente agora que estamos prestes a ser despejados da Ilha. A duas semanas o Supremo devolveu nosso processo para a comarca de Araguaatins. Dando competência ao juiz, certamente ele vai tentar fazer a retirada.

Fátima Barros – Quilombola e liderança da Articulação Nacional de Quilombos (ANQ)

**Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT*

Ano	Nº de famílias despejadas – Brasil	Regiões com mais despejos	Estados com mais despejos
2016	12.829	Norte (3.573)	Bahia (2.186)
2015	13.903	Centro-Oeste (6.320)	Goiás (4.130)
2014	12.188	Nordeste (4.174)	São Paulo (2.338)
2013	6.358	Norte (2.323)	São Paulo (1.075)
2012	7.459	Nordeste (3.644)	Pernambuco (1.451)

**Os dados referentes ao ano de 2017 ainda não foram fechados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT, por isso não constam nesta tabela.*

***Fonte dados: CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT.*

naus, dom Sérgio Eduardo Castriani, que acompanhou a reunião, pediu a palavra e, comovido com um vídeo do despejo no qual uma mãe gritava aterrorizada por ver sua casa ser destruída, ele se pronunciou: “Vendo o vídeo, o sentimento que surge é a indignação, pois o poder Judiciário agiu de forma impulsiva e com violência contra essa gente e nada justifica tirar essas pessoas de suas terras dessa forma, diante

tar do município de Guaraí têm ameaçado famílias do Acampamento Olga Benário, localizado na Fazenda Santa Bárbara, uma área pública que pertence à União, situada no município de Fortaleza do Tabocão. De acordo com o movimento, o Ouvidor Agrário Regional e policiais militares ameaçaram o acampamento com uma possível ação de despejo e também com possíveis prisões de militantes. “Tudo isso

BALANÇO 2017

A questão agrária brasileira em 2017

A CPT regional Nordeste 2 divulgou em janeiro o “Balanço da questão agrária no Brasil em 2017”. O documento traz um panorama da conjuntura política e seus reflexos no campo e contra os povos do campo, confira a síntese:

O ano de 2017 começou e terminou sangrento. O contexto vivido pelos povos da Terra, das Águas e das Florestas exigiu teimosia, resistência e questionamento sobre o papel do Estado e do modelo de desenvolvimento. Em 2017 vimos consolidar no Brasil um sombrio ciclo de retrocessos políticos conduzidos pelo conjunto das forças mais elitistas e reacionárias do País, que penalizaram principalmente as classes mais empobrecidas e a natureza. Isso representa a materialização do golpe parlamentar de direita que teve por motivação não apenas a destituição da presidenta eleita, mas a subtração de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do País.

Tempo de terror

De acordo com dados parciais da CPT, foram 65 pessoas assassinadas em conflitos no campo no ano de 2017, muitos com requintes de crueldade. Esse índice confere ao Brasil o infeliz título de País mais violento para as populações camponesas no mundo.

Observamos que nos anos anteriores os homicídios caracterizavam-se por uma seletividade nos alvos – assassinatos de lideranças, com a finalidade de intimidar os demais que ousassem lutar. Em 2017, porém, vivemos a generalização da violência no campo e uma antiga prática retornou: os assassinatos em massa, os massacres, como método perverso de aniquilar todos os focos coletivos de resistência no campo.

Foram exemplos: o Massacre de Colniza, no Mato Grosso, em abril, quando nove posseiros em Taquaruçu do Norte foram torturados e assassinados por pistoleiros a mando de madeireiros da região; o Massacre de Vilhena, em Rondônia, ocorrida no mês de maio, quando três trabalhadores rurais foram mortos por lutarem pela Reforma Agrária; o Massacre em Pau D’Arco, no Pará, também ocorrido em maio, onde Policiais Militares e Civis do estado assassinaram 10 camponeses; o Massacre em Lençóis, na Bahia, ocorrido em julho, quando oito qui-



Foto: Thomas Bauer/CPT Bahia

lombolas foram assassinados na comunidade de Iúna.

Além dos episódios com vítimas fatais, outros ataques violentos foram vividos pelas comunidades do campo, como o caso do povo indígena Gamela, que sofreu tentativa de extermínio por pistoleiros ligados a fazendeiros da região por causa de disputa territorial no município de Viana, no Maranhão. Cerca de 13 índios foram feridos, sendo um alvejado pelas costas e com as mãos decepadas. Esses casos representam uma parcela da violência no campo, protagonizada pelo poder privado e pelo próprio Estado brasileiro e seu modelo de desenvolvimento que vitimaram centenas de milhares de famílias camponesas em todo o País.

Tempo de viver sem direitos

A violência e perversidade presentes no controle da terra e dos territórios não bastaram. A elite econômica que controla os três poderes do Estado ambicionou mais, e manobrou para que a legislação se ajustasse totalmente a seus interesses, de maneira ainda mais explícita e escancarada.

Logo no início de 2017 tivemos a vigência da Medida Provisória 759/2016, que alterou consideravelmen-

te as normas relativas à Reforma Agrária no País. Entre os pontos mais perigosos está a resolução que torna possível comercializar lotes após 10 anos da implantação do assentamento. No mesmo passo, houve a redução progressiva do orçamento destinado à Reforma Agrária e a demarcação de territórios tradicionais, bem como o desmonte do conjunto de políticas públicas destinadas às comunidades camponesas.

No bojo desse regime de inviabilização de políticas públicas, anulação de direitos constitucionais e de legitimação da exploração da classe trabalhadora e das comunidades camponesas, veio a aprovação da reforma trabalhista, em julho de 2017. O resultado foi a imposição de uma lei nefasta que flexibiliza a jornada de trabalho, reduz a remuneração, altera as normas de saúde e segurança do trabalho, fragiliza a organização sindical, dificulta o acesso à Justiça do Trabalho, além de criar a figura do/a trabalhador/a intermitente. Os gritos e revoltas do povo nas ruas não foram ouvidos dos plenários de votação do Congresso Nacional.

Também em 2017, a luta contra o trabalho escravo sofreu inúmeros ataques. Em outubro, o Ministério do Trabalho e Emprego publicou a Portaria 1129/2017, que revogou a Lei Áu-

rea, ao reduzir o conceito de escravidão contemporânea, retirando da fiscalização situações de condição degradante e jornada exaustiva. A portaria teve seus efeitos suspensos no mesmo mês de sua divulgação, em face da decisão liminar do STF. Graças à pressão de organizações da sociedade civil organizada e da Campanha Nacional da CPT de Combate ao Trabalho Escravo, o Ministério do Trabalho voltou atrás e publicou nova Portaria Interministerial, em dezembro de 2017.

Além das perdas de direitos trabalhistas, a proposta de reforma da Previdência deixou a população em estado de alerta e de mobilização. Em dezembro, camponeses e camponesas ligados/as ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) realizaram uma greve de fome por 10 dias na Câmara dos Deputados em Brasília, como forma de repúdio à reforma.

Tempo de viver sem Temer

Para enfrentar o quadro, o povo brasileiro com suas mais variadas pautas não se calou e fez história. Ocupou as ruas cotidianamente para denunciar os desmandos do Governo e ampliar as trincheiras para a superação das desigualdades, intensificadas nesse período. No campo, o que animou foi a pulsão de vida dos Povos da Terra, das Águas e das Florestas, bem como de suas organizações sociais frente ao contexto de Morte do Estado Brasileiro. 2018 é um ano que se inicia com o desafio de enxergarmos muito mais além das conquistas eleitorais. Motivados e motivadas pela memória subversiva do evangelho, é sempre tempo de seguir os ensinamentos de Jesus, que enviou seus discípulos para caminhar com as comunidades. Em meio às crises provocadas pelo Estado de Exceção e pelos podres poderes das elites, é tempo de colheita. É tempo colher os frutos de uma nova sociedade que está sendo gestada no meio das comunidades, no meio do povo.

90 ANOS DE PEDRO

Pedro incomodava o Vaticano

ANTÔNIO CANUTO*

Na comemoração dos 90 anos de Pedro Casaldáliga é muito bom lembrar alguns fatos que marcaram sua biografia. Como um dos grandes profetas de nosso tempo, Pedro incomodou não só os grandes fazendeiros da região do Araguaia e o governo militar que lhes dava suporte, como também setores da Igreja que compactuavam com o sistema e o próprio Vaticano.

Como os profetas bíblicos que diante da situação do povo clamavam por justiça e denunciavam os que se loquejavam à custa dos pobres, Pedro fez o mesmo. Suas denúncias são diretas, cita pessoas com nome e sobrenome.

Por isso provocaram tanta ira dos grandes fazendeiros da região e do próprio governo militar que tentou, mais de uma vez, expulsá-lo do Brasil.

Mas, como os profetas bíblicos, se levanta contra o próprio templo que compactua com o poder opressor e que é cego para a realidade do povo, conformado com a realidade social vigente.

Pedro encontrou sempre apoio muito firme da CNBB, mas foi atacado duramente por colegas de ministério, tanto no Brasil, quanto na América Central. E foi, muitas vezes, advertido pelo Vaticano.

AS PRIMEIRAS ADVERTÊNCIAS

Quando Pedro, em 1970 - ainda não era bispo - lançou um documento intitulado ESCRAVIDÃO E FEUDALISMO NO NORTE DE MATO GROSSO, sobre a situação dos peões, o Núncio Apostólico lhe escreveu: "O que lhe recomendo, é evitar que sua denúncia atinja certos círculos estrangeiros, que poderiam explorá-la para seus conhecidos fins". Anos mais tarde, em 1975, a Sagrada Congregação dos Bispos, através do Núncio, chama a atenção de Pedro, pelo livro de poemas, publicado na Argentina, TIERRA NUESTRA, LIBERTAD. Diz o ofício enviado: "Na verdade, a publicação daquelas poesias, cujo vocabulário é, às vezes, explicitamente subversivo, ultrapassa todos os limites da prudência e da oportunidade". Logo depois, em 1977, Dom Geraldo Proença Sigaud, bispo de Diamantina

(MG), acusou publicamente a Pedro e a Dom Tomás Balduino, bispo da Diocese de Goiás de serem marxistas e de difundirem doutrinas e de terem práticas contrárias às tradições da Igreja. O Vaticano nomeou, então, um Visitador Apostólico para verificar o que na realidade acontecia.

No segundo aniversário da morte do padre Rodolfo Lunkenbein e do índio Simão Bororo, Pedro concedeu uma entrevista ao Jornal do Brasil, do Rio de Janeiro, em que criticava a impunidade que cercava este crime, bem como a do assassinato do Pe. João Bosco Penido Burnier. O Núncio então lhe enviou um ofício: "A Santa Sé houve por bem confiar-me o encargo de pedir vivamente e insistentemente a Vossa Excelência que se abstenha de conceder à imprensa,

o fim de preservar a pureza da fé em matérias tão importantes".

VISITAS A NICARÁGUA

Mas o que muito incomodou o Vaticano foram as visitas que Pedro fez à América Central, de modo especial a Nicarágua. Ele tomou esta decisão, em 1985, quando foi se solidarizar com o Pe. Miguel D'Escoto em greve de fome por causa do combate que o governo revolucionário sofria de grupos da direita, apoiados pelos Estados Unidos. Pedro criticou o distanciamento dos bispos da realidade do povo e visitou lugares onde nenhum bispo havia ido.

Em 27 de setembro, Pedro recebeu uma forte chamada de atenção da Congregação para os Bispos.

Foto: Prelazia de São Félix do Araguaia



ao rádio e à televisão entrevistas sobre questões políticas".

AS PUBLICAÇÕES DA PRELAZIA

A Prelazia produzia a cada ano, material sobre temas a serem debatidos nas Assembleias do Povo - Batismo, Missa, Igreja, Crisma, Família etc.

Em 1981, Pedro recebeu correspondência da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, dizendo que "a Doutrina sobre o Batismo e sobre a Missa é apresentada de uma forma parcial e redutiva" e que o pecado era apresentado só na sua dimensão social. Por isso, pede que sejam revisados os textos "com

correção" e que agora "a Congregação está reexaminando o citado relatório". Este nunca havia chegado ao conhecimento de Pedro.

Em resposta, Pedro informou que escreveria uma carta pessoal ao Papa.

O que fez em 22 de fevereiro de 1986. Uma longa carta de nove páginas.

O assunto da Visita ad Limina, porém, foi se arrastando ainda por muito tempo. E só se concretizou em junho de 1988.

No dia 17 daquele mês, Pedro se encontrou com os Cardeais Bernardin Gantin, da Congregação para os Bispos e com Joseph Ratzinger, da Congregação para a Doutrina da Fé. Praticamente um interrogatório sobre as questões que incomodavam o Vaticano. No dia 21 se encontrou com o Papa.

Ao chegar de volta de Roma, Pedro recebeu uma carta do Núncio dizendo haver um documento relativo à Visita ad Limina que deveria ser assinado por ele. Era final de agosto. Era uma "Intimação" de "caráter reservado e pessoal". Mas, antes mesmo de Pedro ter reagido a ela, no dia 23 de setembro, toda a grande imprensa brasileira e também no exterior publicava a notícia de que ele havia sido punido pelo Vaticano e que se lhe havia imposto o silêncio.

A quem interessava o vazamento de um documento de "caráter reservado e pessoal"? A Sala de Imprensa do Vaticano se viu obrigada a emitir uma Nota dizendo que o que foi divulgado não correspondia à verdade.

Esta notícia provocou uma onda de solidariedade a Pedro de bispos e instituições do Brasil e de outros países.

O presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, em 19 de outubro de 1988, escreveu de próprio punho ao Papa dizendo que Pedro não havia assinado a tal intimação, "esperando poder esclarecer alguns pontos do documento".

A palavra profética incomoda, e muito, a quem detém o poder. Este não tolera ser questionado. Pedro, sempre amou profundamente a Igreja, por isso mesmo queria que ela voltasse a ser o que Jesus Cristo queria que fosse.

VISITA AD LIMINA

Neste contexto, a partir de agosto de 1985, passou a ser cobrado por não ir às Visitas ad Limina que os bispos a cada cinco anos deveriam fazer a Roma. Pedro respondeu não ter intenção de viajar à Europa, pois nunca para lá tinha voltado, nem mesmo quando sua mãe falecera.

Recebeu, então, uma severa advertência da Congregação para os Bispos, que taxou a visita a América Central como "abandono da Diocese". E voltando às denúncias de Dom Sigaud, dizia que o relatório do Visitador Apostólico apontava "uma série de carências e desvios de ordem pastoral, doutrinal e disciplinar que pediam séria e pronta

*Colaborador do Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

ARTIGO

Fez falta em Londrina

SANDRO GALLAZZI*

O 14º Intereclesial das CEBs foi um momento muito bonito de convivência do qual participei, junto com mais de três mil irmãs e irmãos de caminhada.

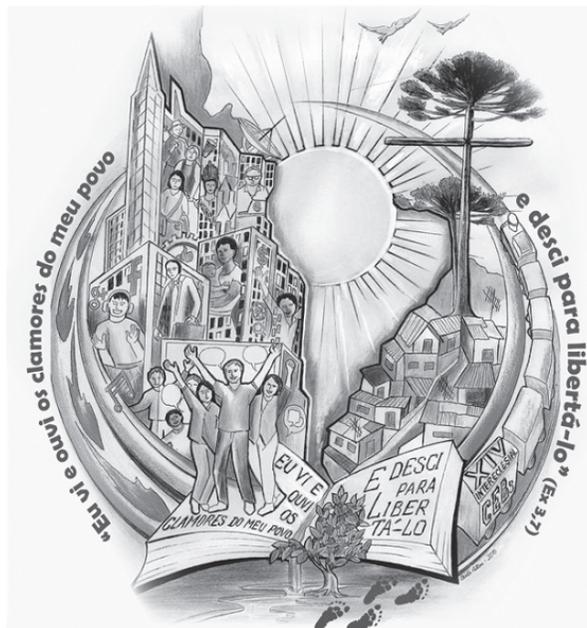
O tema do encontro: CEBs e os desafios do mundo urbano, produziu reflexões e propostas decisivas para as comunidades que vivem na realidade urbana, como: moradia, violência, emprego, saneamento básico, saúde, mobilidade, educação, cultura e lazer, juventude, movimentos populares, política partidária, ecologia, ecumenismo e diálogo inter-religioso.

As contribuições das mini plenárias, foram muito importantes e me deixaram com um gosto de quero mais, por causa de um assunto que não foi tratado e que, para as comunidades do mundo urbano é extremamente desafiador: a realidade da estrutura eclesial de nossa Igreja Católica.

Justamente este foi o assunto que estava na origem dos intereclesiais. Lembremos: 1975: Igreja que nasce do povo; 1976: Igreja povo que caminha; 1978: Igreja povo que se liberta; 1981: Igreja, povo oprimido que se organiza para a libertação e 1983: Igreja povo unido, semente de uma nova sociedade.

Naqueles anos, a eclesiologia que as CEBs procuravam vivenciar era a assumida em Medellín: a igreja nasce e era identificada com o povo pobre e oprimido que caminhava unido e organizado em busca da libertação e de uma nova sociedade.

O papa João Paulo II, em 1983, promulgou o novo “Código de Direito Canônico” que fortaleceu uma eclesiologia novamente centralizada, clericalizada e masculinizada. As CEBs e a Teologia da Libertação sentiam a desconfiança com que eram olhadas. A partir do 6º intereclesial as palavras “igreja” e “povo” não apareceram mais e foram substituídas por “povo de Deus”. 1986: CEBs, Povo de Deus em busca da Terra Prometida; 1989: Povo



de Deus na América Latina a caminho da libertação; 1992: Povo de Deus renascendo das culturas oprimidas.

Pode parecer a mesma coisa, mas não é. Povo de Deus não é a mesma coisa que povo dos pobres. A afirmação do 6º intereclesial: “CEBs, novo jeito de ser igreja” (e que para alguns queria ser “maneira de toda a igreja ser”) provocou muita polêmica dentro do episcopado brasileiro, sobretudo quando as CEBs começaram a assumir diretamente a luta contra outras opressões, presentes, inclusive na igreja, como a étnica, a racial, a sexual e a cultural.

Com o 9º intereclesial começamos a usar diretamente só o sujeito CEBs. 1997: CEBs, vida e esperança nas massas; 2000: CEBs: Povo de Deus, 2000 anos de caminhada; 2005: CEBs, Espiritualidade Libertadora; 2009: CEBs, Ecologia e Missão; 2014: CEBs, Romeiras do Reino no campo e na cidade e finalmente o 2018: CEBs e os Desafios no Mundo Urbano.

Deixamos de falar da igreja, e passamos a falar de nós dentro da igreja. Os movimentos carismáticos cresceram e ocuparam espaço e as CEBs começaram a enfraquecer. É o que diz o documento 100 da CNBB: Comunidade de comunidades: uma nova paróquia. Neste documento fica

evidente que as CEBs, são uma das muitas e diferentes formas de comunidades, movimentos e associações que compõem uma paróquia e não uma maneira diferente de ser e viver como igreja.

Elas deixam de ser significativas numa realidade paroquial que pouco ou nada tem de “democrática”, onde leigos e leigas trabalham e servem, mas sem poder de decisão que é entregue a um grupo reduzido de homens “sagrados” e celibatários. Quantas vezes a chegada de um

pároco ou de um bispo muda toda uma linha pastoral e abafa comunidades de base atuantes!

As CEBs têm claro que o “serviço prioritário” da igreja é “a justiça do Reino de Deus”. Para dar conta deste compromisso, precisam das “ferramentas”: a Palavra, os sacramentos, a oração, a comunidade. Mas os encarregados de distribuir estas ferramentas se contentam com a distribuição das mesmas e não se preocupam com o serviço.

O altar, e não o pobre, vira, na maioria dos casos, o centro de todas as preocupações. Os leigos e, sobretudo, as leigas, são formadas e preparadas para a catequese, a liturgia, a assistência social. A formação para a missão específica do leigo na política, na cultura, na economia, é praticamente ignorada.

A novidade trazida pelas CEBs não é que os cristãos façam política. Isso sempre aconteceu, de dois mil anos para cá. Pastores, bispos e papas fizeram e fazem política; os intelectuais cristãos fizeram e fazem política; os movimentos leigos, como Ação Católica, Opus Dei, Comunhão e Libertação e todos os outros fizeram e fazem política.

Nem mesmo o acompanhamento dos militantes cristãos é coisa

nova: as PUCs nasceram para formar quadros dirigentes cristãos; os cursilhos nasceram para formar as vértebras da sociedade. A hierarquia orientou o voto dos católicos, excomungou maçons e comunistas, etc. A novidade nas CEBs é que os cristãos que estão fazendo política são os pobres, que descobrem que Deus não quer um mundo de dominação e de opressão. Enquanto pobres, querem um outro mundo possível!

Como cristãos, eles sabem que sua ação política é genuinamente cristã: é vida de fé e na fé! Só isso. E isso basta. O problema não é o cristão e a política. O problema é o projeto político dos pobres, de todos os pobres, não só dos cristãos. O problema não é o partido cristão, mas o partido dos pobres.

Sarney, Collor, Caiado e muitos outros, que se proclamam cristãos podem até estar num mesmo partido, mas não no nosso. Daí o conflito: quando um cristão faz política do lado da dominação, é questionado como político, mas quando faz política do lado dos dominados, é questionado como cristão.

No ano do laicato, era importante o Intereclesial ter colocado em questão a própria estrutura da igreja, que deve ser repensada a partir da centralidade do laos, dos últimos, dos plebeus, assim como a quis Jesus de Nazaré. É o que nos lembra o lema da campanha da fraternidade deste ano: Vós todos sois irmãos (Mt 23,8). Estas palavras de Jesus são a conclusão de um desafio que deve nos fazer repensar toda a nossa estrutura eclesial: “Não vos façais chamar rabi, porque um só é o vosso mestre, e vós todos sois irmãos. E a ninguém chameis de pai sobre a terra, porque um só é vosso Pai, aquele que está nos céus. Nem vos façais chamar de mestres, porque só tendes um mestre, o Cristo. O maior dentre vós será vosso servo.” (Mt 23,2-11). Nada de mais claro!



No dia 19 de janeiro, o Papa Francisco visitou Puerto Maldonado, no Peru, e se reuniu com povos da Amazônia no Coliseu Regional Madre de Dios. Cerca de três mil indígenas participaram do encontro com o pontífice. Do Brasil foi uma caravana de 90 indígenas brasileiros, de 32 etnias. “Apesar da predominância de povos da Amazônia brasileira – representada por indígenas do Acre, Rondônia, Pará, Amazonas e Mato Grosso – a delegação foi composta também por representantes de regiões brasileiras tão diversas como Bahia, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul”, informou o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Em seu primeiro discurso em solo peruano, Papa Francisco manifestou preocupação em relação aos povos e ao território da Amazônia. “Provavelmente, nunca os povos originários amazônicos estiveram tão

Em Puerto Maldonado, Papa Francisco se encontra com os povos da Amazônia

ameaçados nos seus territórios como estão agora”, disse ele, citando os grandes interesses econômicos e as monoculturas agroindustriais. O líder da Igreja Católica também criticou “a perversão de certas políticas”, que promovem a “conservação” da natureza sem levar em conta o ser humano. “Devemos romper com o paradigma histórico que considera a Amazônia como uma despensa inesgotável dos Estados, sem ter em conta os seus habitantes”. Com base nisso, ele sugeriu a criação de espaços institucionais de respeito, reconhecimento e diálogo com os povos da Amazônia, os verdadeiros guardiões dessa enorme riqueza natural. “Estes [povos] não são um ‘estorvo’, mas memória viva da missão que Deus nos confiou: cuidar da Casa Comum”.

Irmã Ana Maria e Roberto Osak, ambos da CPT em Rondônia, participaram do encontro e levaram ao Papa uma Carta Fraternal escrita por agentes da pastoral que atuam na Amazônia. Dizia a carta: “Nós somos gratos pelo seu testemunho a favor



Foto: REPAM

dos mais pobres, pelo empenho em prol da reforma da Igreja e pelo alento que traz aos movimentos e organizações sociais e para o nosso trabalho pastoral. Lhe agradecemos, especialmente, pela Encíclica Laudato Sí, que está sendo uma guia inestimável para nosso trabalho por Justiça, paz e pela integridade da Mãe Terra, neste pedaço privilegiado da criação divina

da Amazônia”. Também foi entregue ao Papa um exemplar do “Atlas de Conflitos na Amazônia, produzido pela Articulação das CPTs da Amazônia”.

O Papa Francisco começou sua viagem à América Latina no dia 15 de janeiro, passando primeiro pelo Chile. (CPT com informações do portal Vatican News).

Quase 3 milhões voltaram à pobreza na América Latina e Caribe entre 2014 e 2016

O relatório “O Escândalo da Desigualdade 2: As múltiplas faces da desigualdade na América Latina e Caribe”, lançado pela ONG Christian Aid em dezembro de 2017 aponta que 2,7 milhões de pessoas voltaram à pobreza de 2014 a 2016. Segundo o documento, dentre outros fatores, a guinada à direita na região tem contribuído para a redução de investimentos públicos em iniciativas sociais, reforçando o agravamento da situação na região.

O relatório aponta ainda outros fatores que têm contribuído para a manutenção da desigualdade, como concentração de terras na mão de latifundiários, influência das grandes empresas na tomada de decisões políticas, falta e/ou diminuição de investimentos destinados a programas sociais e redução de confiança em mo-



Foto: Fernando Frasso / Agência Brasil

delos democráticos. Estas causas, segundo o documento, podem dificultar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), formulado pela Organização das Nações Unidas e que visa, entre outras coisas, erradicar a pobreza na região até 2030.

América Latina foi região que mais registrou jornalistas assassinados em 2017

Pelo menos 23 jornalistas foram assassinados em 2017 por motivos relacionados a seu trabalho na América Latina, o que transforma a região na mais perigosa para os profissionais da imprensa, segundo a apuração publicada pelo Instituto Internacional de Imprensa (IPI) no final do ano. “A América Latina e o Caribe foi a região mais mortífera em 2017 para os jornalistas. Mais de um quarto dos 81 jornalistas que morreram em conexão com o seu trabalho perdeu suas vidas aqui”, diz o IPI em comunicado de dezembro.

O México lidera, com 13 homicídios, a lista mundial, seguida do Iraque com 11 e Síria com 9. Na América Latina e Caribe, Honduras registrou 4 mortes de jornalistas, República Dominicana e Colômbia, 2, Guatemala, Peru e Brasil. 1.

O número de jornalistas mortos em 2017 foi menor que no ano anterior, quando 120 profissionais foram assassinados. Em contrapartida, das 81 vítimas em 2017, dez foram mulheres, número que aumentou em relação a 2016, ano em que as vítimas do sexo feminino foram quatro. (Fonte: EFE).

PÁGINA BÍBLICA

Ela me fez o bem

SANDRO GALLAZZI*

Na edição anterior do Pastoral da Terra, Sandro nos introduziu na Mística de Jesus. Ele nos dizia que o “Reino não é algo somente futuro. Hoje, já vive através dos que como Jesus Cristo, como os pobres no Espírito, buscam a justiça sem medo de serem perseguidos”. E acrescentava que “Justiça é a luta que o pobre, movido pelo Espírito, desenvolve para que este futuro, não sei quando, chegue devagarinho a ser presente”. “E isso, sabendo que vamos ser perseguidos!”. “Quando o pobre obedece ao Espírito e luta pela justiça tem certeza de que será perseguido”.

Hoje dando continuidade à sua reflexão, ele nos convoca à leitura do texto de Marcos, capítulo 14 de 1 a 11.

De um lado a cidade, do outro Betânia

É outro texto fundamental, sobretudo pela conclusão que Jesus tira, quando diz: “Eu vos asseguro que em todas as partes em que se anuncie a Boa Notícia, no mundo inteiro em sua honra se contará o que acaba de fazer”. A Boa Nova não é só o que Jesus fez, mas tudo o que também a mulher de Betânia acaba de fazer. Vamos situar o fato. De um lado o templo, a cidade, onde sacerdotes e escribas já decidiram pela morte de Jesus.

Do outro: Betânia, como já dissemos, a casa do pobre. É um nome que não é só uma descrição geográfica de um lugar, mas é um nome que tem significado muito mais amplo: é a casa do oprimido, do povo, o lugar de Jesus, a alternativa a Jerusalém. O que vai acontecer aqui é o que devemos fazer com os oprimidos para que se sintam em casa.

Na casa do oprimido há uma

casa que é a do leproso. Não é apenas oprimido, mas também leproso, marginalizado, uma pessoa que é excluída da sociedade. Jesus se encontra simbolicamente no último lugar social, no lugar mais baixo. É interessante o que faz a mulher. Uma mulher. Marcos não diz o nome. João vai dizer que se chama Maria. Mas aqui o nome não importa. Marcos quer pôr ênfase sobre a mulher. A contribuição da mulher à reflexão evangélica, ao Evangelho, à Boa Notícia. Lucas nos vai dizer que é pecadora. Marcos não faz isso. Não lhe interessa.

Esta mulher entra com um frasco de perfume, um perfume muito caro, custava 300 denários: o salário de um ano de um trabalhador. A mulher faz um gesto significativo, uma consagração: quebrou o frasco e derramou o perfume sobre a cabeça de Jesus. Repete o gesto clássico que,

A mulher realiza o gesto consagrador. Na casa do pobre, a mulher derrama liturgicamente o perfume sobre a cabeça de Jesus de Nazaré.

A reação dos presentes, indignados:

“Por que este desperdício de perfume? Poderia ser vendido por mais de trezentas moedas de prata para ajudar os pobres”.

Reclamam contra ela. Criticam o desperdício do perfume. Na casa dos pobres se discute o que fazer com ele.

A proposta dos outros é simplesmente a lógica do mercado: vender o perfume, juntar o dinheiro e dá-lo aos pobres. Mas, para isso preciso encontrar alguém que tenha trezentos denários para comprar o perfume. Preciso de um rico para ajudar o pobre. Precisamos dos ricos para ajudar os pobres. É a contradição radical. Porque queremos ajudar os

do pobre, a mulher descobriu qual é o bem que se pode fazer ao pobre.

“Ela me ungiu para a sepultura”. A mulher descobre que Jesus de Nazaré e não o Sumo Sacerdote, nem o rei, é o ungiu de Deus. É ele enviado de Deus. Jesus diz: teremos pobres sempre entre nós, a eles nós devemos fazer o bem, e o bem é este: É a unção para que Jesus assuma o confronto final que o vai levar à morte. É dizer-lhe, com um gesto: siga até a morte, coragem, Deus está contigo!

Nem outro messias, nem amanhã, mas tu hoje vais à luta. Este é o evangelho. Isto é que devemos fazer com os pobres. Não se trata de pedir aos ricos uma esmola para ajudar os pobres. É a solução mais fácil, mas é a mais perigosa porque mantém de pé o sistema de opressão dos pobres. A eles devemos fazer-lhes o bem. Ungi-los, confiar-lhes a missão de assumir seu caminho, sua luta, até o confronto final, até, se for o caso, a morte.

Foto: Blogspot



durante séculos, vinha se fazendo em Israel para consagrar os ungiu, os escolhidos por Deus. O mesmo que fez Samuel com Davi derramando óleo em sua cabeça. Isso era feito com os sumos sacerdotes e era proibido fazer com um leigo, sob pena de morte.

pobres usando a lógica do comprar e vender que é a lógica que cria o pobre.

Jesus foi categórico: “Deixem-na em paz”. A tradução de nossas Bíblias não diz tudo o que está no texto grego: “Ela me fez o BEM!”. Na casa

Fazer que se sintam enviados de Deus para construir o direito e a justiça. A mesma coisa que a mulher fez com Jesus. Ela descobriu que este é o ungiu, o enviado. Na casa do oprimido, do leproso, o bem é a unção. A unção que era feita aos sumos sacerdotes agora é para o filho do povo. O pão, o serviço, e o perdão são os três elementos da comunidade dos pobres que assumem o caminho da justiça.

Tentar viver desde agora o Novo Reino embora ainda não tenha chegado. Em nome desta tentativa, a comunidade vai caminhando ao longo da história e enfrentando conflitos por ser fiel a este projeto e ao nome de Jesus, que foi assassinado como subversivo e blasfemador, mas para eles é o Filho de Deus.

INTERCÂMBIO

“Estamos Juntos”, Brasil e Moçambique

Juntos na luta e/ou nas dificuldades. Expressão acima, muito utilizada pelo povo moçambicano, marcou Marina da Rocha que, juntamente com Elizabete Flores, ambas agentes da CPT, passaram dois meses e meio em intercâmbio no país africano

ELVIS MARQUES*

Dia 30 de setembro de 2017. Nesta data, Elizabete Flores, ou apenas Bete, como é conhecida, e Marina da Rocha partiram do aeroporto de São Paulo rumo a Maputo, capital e maior cidade de Moçambique – país localizado no continente africano. Entre os dias 1º de outubro e 13 de dezembro, o intercâmbio, do qual as integrantes da CPT participaram, propunha conhecer as diversas realidades do país, acompanhar três Comissões Diocesanas de Justiça e Paz nas regiões de Nampula, Beira e Tete, bem como da Ação Acadêmica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECURU), no que diz respeito ao trabalho com comunidades rurais, além de contribuir na formulação de propostas, metodologias e abordagens de trabalho para enfrentar as situações de usurpação das terras.

“A similitude de situações em relação ao acesso à terra entre Brasil e Moçambique é evidente. Entretanto, o Brasil conta com organizações com longa experiência na luta, resistência e elaboração de propostas frente às violações de uso das terras e da exploração de recursos naturais. Neste contexto, a prática da Comissão Pastoral da Terra (CPT) pode ser destacada pelo seu trabalho de base para conscientizar e apoiar o protagonismo das comunidades nessas lutas”. Essa afirmação e análise parte das organizações e pessoas envolvidas na promoção do intercâmbio, como a agência de cooperação alemã Miseseror, que apoia projetos de entidades brasileiras, como a CPT, e também em Moçambique.

Na CPT, Bete integra o Regional da Pastoral em Mato Grosso desde o ano de 2010 e também contribui na coordenação da Campanha Nacional de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo. Marina da Rocha, que atua na Pastoral da Terra na Bahia desde os anos 1980, já participou de intercâmbios na Alemanha, Áustria e Nicarágua, porém com durações menores. Ela ressalta, a partir dessas experiências de troca de saberes, o quanto isso agrega a seu trabalho pastoral. “Como agente da CPT, ficou mais forte ainda essa necessidade de conhecer as diversas realidades,



Foto: Arquivo Pessoal Elizabete Flores

sobretudo, no acompanhamento como agente de pastoral, e, especificamente, na partilha dos povos. Cada comunidade tem seus processos”, explica.

Contexto histórico – Em 1975, ano em que nascia a CPT no Brasil, Moçambique começava a deixar para trás sua condição de colônia de Portugal, entretanto, a partir de 1977, os habitantes do país vivenciaram uma terrível e longa guerra civil travada, principalmente, entre Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Cerca de um milhão de pessoas morreram em decorrência de combates e também vítimas da fome. Muitos dos/as sobreviventes carregam até hoje as graves mutilações dessas guerras. Com o término do conflito em 1992, no ano de 1994 ocorreram as primeiras eleições multipartidárias do país. Desde então, o país é governado por líderes da FRELIMO, todavia, em algumas províncias, quem detém o poder é a RENAMO – esses são os dois principais partidos em um país que ainda enfrenta muito autoritarismo. Importante entender esse contexto histórico e político pois “defender e lutar por direitos em Moçambique é o mesmo que enfrentar a FRELIMO”, disseram várias pessoas, segundo Bete, durante o período do Intercâmbio.

Luta – Na conversa das intercambistas com a ADECURU, uma das orga-

nizações moçambicanas que participou do intercâmbio, ficou claro que desde o ano de 2013, quando o país experimentou a volta dos conflitos armados, as intimidações e retaliações por parte do governo se intensificaram contra quem vai para a luta e se opõe às violações de direitos. Ocorre um grande retrocesso, as pessoas estão sendo intimidadas, não querem ir para a rua. Ocorreu a cisão entre os grupos da sociedade civil que não querem ir para o enfrentamento. Contudo, existe também resistência e luta por parte de algumas entidades e movimentos que atuam de forma independente, por exemplo, conforme Bete, as Uniões Provinciais de Camponeses, que existem em níveis distritais, são mais fieis às decisões do povo.

A base da economia moçambicana é a agricultura praticada por camponeses e camponesas em pequenas áreas denominadas “machambas”. No campo, conforme o Fórum Mulher, cerca de 80% da mão de

conta Bete Flores. A base da alimentação e da economia do país é essencialmente gerada pelo campo, com forte protagonismo das mulheres, todavia, não diferente do Brasil, a intensificação de grandes projetos de mineração e os monocultivos, como de soja e eucalipto, têm modificado paulatinamente a vida no campo africano, com a expulsão de milhares de famílias e alguns reassentamentos que não atendem às necessidades dos camponeses e camponesas.

Diante de guerras, ações autoritárias de governantes, corrupção nas mais diversas esferas da sociedade, e em meio a tantos conflitos, como resistir e existir? A resistência desse povo, para Bete, ainda não é uma resistência muito organizada. “Resistem no dia a dia. E tem uma resistência forte, embora tem essa questão dos líderes corruptos. Mas o povo resiste. Eu penso que a base dessa resistência é a fé. É um povo de muita esperança e de muita fé. E muito alegre, mesmo diante de toda aquela miséria. O sorriso e o

Foto: Arquivo Pessoal Elizabete Flores



obra é feminina. “A base da alimentação em Moçambique é o milho, e a mandioca em algumas regiões. A alimentação lá tem tipo uma polenta brasileira que se chama ‘chima’, feita de milho branco, o feijão, e o arroz – em algumas regiões. E as pessoas comem muito a ‘mapira’, feita da folha da mandioca, com amendoim e leite de coco. E muito peixe. Carne de gado é raríssima”,

brilho no olhar você via em todas as comunidades. Dificilmente a gente via uma pessoa de cabeça baixa, então, eu acho que a resistência desse povo vem disso, dá fé e de acreditar que um outro mundo é possível”.

*Setor de Comunicação da Secretaria Nacional da CPT

Cultura

Foto: Celeiro da Memória



Canção da foice e o feixe

Me chamarão subversivo.
E lhes direi: eu o sou.
Por meu Povo em luta, vivo.
Com meu Povo em marcha, vou.

Tenho fé de guerrilheiro
e amor de revolução.
E entre Evangelho e canção
sofro e digo o que quero.
Se escandalizo, primeiro
queimei o próprio coração
ao fogo desta Paixão,
cruz de Seu mesmo Madeiro.

Incito à subversão
contra o Poder e o Dinheiro.
Quero subverter a Lei
que perverte ao Povo em grei
e ao Governo em carniceiro.
(Meu Pastor se faz Cordeiro.
Servidor se fez meu Rei.)

Creio na Internacional
das fronteiras levantadas,
da voz de igual a igual
e das mãos enlaçadas...
E chamo a Ordem de mal,
e ao Progresso de mentira.
Tenho menos paz que ira.
Tenho mais amor que paz.

... Creio na foice e no feixe
destas espigas caídas:
uma Morte e tantas vidas!
Creio nesta foice que avança
– sob este sol sem disfarce
e na comum Esperança –
tão encurvada e tenaz!

Dom Pedro Casaldáliga

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____
Endereço: _____
Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
 Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco do Brasil, Comissão Pastoral da Terra, conta corrente 116.855-X, agência 1610-1. Informações: cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
Mala Direta
Postal Básica

9912277124-DR/GO
COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA